

Psicanálise em trânsito¹

Das margens às bordas e a escrita como dispositivo

Sonia Soicher Terepins,² São Paulo

Resumo: A autora propõe refletir sobre as intervenções psicanalíticas realizadas fora do setting tradicional, partindo de uma cena que expõe questões ligadas à identidade e ao pertencimento. Questiona como ampliar a escuta e os modos de intervenção para que a psicanálise seja capaz de integrar as transformações sociais e se tornar efetivamente inclusiva. Nesse sentido, o dispositivo clínico precisa ser inventado conforme as especificidades do caso e do contexto – incluindo gestos, mediações e, especialmente, a escrita. A escrita é sugerida como recurso capaz de sustentar experiências, produzir simbolizações e transmitir o que ficou silenciado. Registrar essas ações é também valorizar o trabalho realizado em enquadres não convencionais, conferindo-lhe estatuto e permitindo deslocar aquilo que está na margem para a borda.

Palavras-chave: psicanálise extramuros, dispositivo clínico, escrita, margem e borda, inclusão social

Para introduzir esta reflexão, recorro a uma situação vivida por Amartya Sen (2015), renomado economista e filósofo indiano. Ao retornar à Inglaterra após uma breve viagem, Sen, que na época era diretor do Trinity College em Cambridge, foi confrontado por um episódio que, à primeira vista, pode parecer trivial. No entanto, essa situação revela profundas camadas de preconceito e discriminação.

Ao passar pela imigração, o oficial examinou minuciosamente seu passaporte e o endereço escrito no formulário, questionando se o diretor, de cuja hospitalidade ele aparentemente desfrutava, era um grande amigo seu. Sen ficou pensativo, pois não tinha certeza se poderia afirmar ser ele próprio o seu amigo. Como demorou um tempo para responder, o oficial quis saber a razão da hesitação e se havia alguma irregularidade em sua presença na Inglaterra.

1 Este artigo foi elaborado a partir do trabalho apresentado no congresso da Federação Psicanalítica da América Latina (2024), com modificações feitas para responder à proposta editorial da *Revista Brasileira de Psicanálise*. A expressão “Psicanálise em trânsito” foi o eixo temático criado por nossa equipe durante a gestão da Diretoria de Comunidade e Cultura da Fepal no biênio 2018-2020, para propor uma interlocução entre psicanálise, cultura e práticas comunitárias.

2 Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP).

Esse breve e tenso diálogo reflete um mundo de pressuposições sobre identidade, pertencimento e a invisibilidade das conquistas de pessoas que não se encaixam no perfil esperado. A incapacidade do oficial em imaginar que um homem indiano pudesse ser o diretor de uma das mais prestigiadas instituições acadêmicas do mundo ilustra uma forma velada, mas potente, de violência simbólica, que nega o reconhecimento e a dignidade do outro.

Essa narrativa aponta para algo crucial: em tempos de intolerância extrema e múltiplas formas de violência, as identidades e os sofrimentos que não se encaixam no padrão hegemônico são frequentemente desvalorizados ou ignorados. Muitas discussões sociopolíticas contemporâneas emergem justamente quando deslocamos, por exemplo, nossa noção de identidade de algo fixo e idêntico a si mesmo para a ideia de compartilhamento de uma identidade com outros dentro de um determinado grupo. Somos, simultaneamente, membros de uma variedade de categorias, e é fundamental reconhecermos que as identidades são intrinsecamente plurais. A importância atribuída a uma delas não deve anular a relevância das outras. Inevitavelmente, somos levados a fazer escolhas sobre quais identidades valorizamos em diferentes contextos. Mas quem ou o que orienta essas escolhas? O que torna uma identidade digna de valor e reconhecimento? Frequentemente são os olhares externos, as estruturas sociais, e até mesmo a história, com suas marcas e relações desiguais de poder, que acabam por atribuir relevância ou irrelevância a determinadas identidades. Essas escolhas podem resultar na exclusão de certos grupos, cujas experiências e subjetividades acabam sendo silenciadas e apagadas.

A incapacidade de reconhecer plenamente o outro, de dar espaço e voz àquilo que escapa aos moldes preestabelecidos, reflete um desafio maior que também enfrenta a psicanálise. Assim como o oficial de imigração não conseguiu conceber que um homem indiano pudesse ocupar uma posição de prestígio, muitas vezes a psicanálise, quando restrita a um modo fechado de pensar, falha em acolher e valorizar as vozes, subjetividades e experiências que emergem das margens da sociedade.

Isso nos convida a um questionamento importante sobre nossa prática: como podemos, enquanto psicanalistas, ampliar nossa escuta e nossas formas de intervenção, para que sejam, de fato, mais inclusivas e transformadoras?

Esse movimento nos remete à própria origem da psicanálise. Como lembra Mariano Horenstein, no livro *Práticas psicanalíticas na comunidade*,

a psicanálise nasceu como um questionamento das margens para o centro: tanto pelos fenômenos mentais que tomou como objeto, sonhos e lapsos desatendidos pela ciência, como pelos pacientes dos quais se encarregou, as histéricas repudiadas pela medicina. Foi com base nesse lugar marginal que se constituiu a psicanálise, e

somente se baseando nele ela foi capaz de olhar – ou escutar – mais longe. (2022, p. 340)

Ao longo da história, a psicanálise foi convocada a responder a desafios sociais e políticos, e um exemplo importante disso está nas práticas pioneiras realizadas fora do setting tradicional. Contudo, essa postura inicial da psicanálise sofreu transformações significativas. Como aponta Joel Birman, no livro *Guerra e política em psicanálise* (2024), o discurso psicanalítico sofreu cortes históricos significativos, que impactaram profundamente a maneira como os textos culturais e sociais foram tratados. Birman enfatiza que, inicialmente, Freud não apenas reconhecia a importância desses textos, mas também os integrava organicamente ao discurso psicanalítico, para questionar e criticar as estruturas sociais e culturais de sua época.

Entretanto, com o passar do tempo, o movimento psicanalítico passou por uma inflexão intencional e política que buscou deslegitimar e silenciar essa dimensão crítica, reduzindo a influência dos textos culturais e sociopolíticos dentro da psicanálise. Birman destaca que essa mudança não foi apenas uma alteração de foco, mas uma estratégia deliberada para afastar essas questões do campo psicanalítico, muitas vezes em resposta às pressões institucionais e transformações políticas da época. Esse movimento marginalizou um aspecto fundamental do discurso freudiano e limitou o potencial crítico da psicanálise frente às estruturas sociais e culturais.

Parte dessa responsabilidade pode ser atribuída a Ernest Jones, que ocupava claramente a liderança institucional e internacional desse movimento. Ele escreve na biografia de Freud que tais escritos socioculturais não tinham relevância efetiva na teoria freudiana, afirmando que não passavam de “psicanálise aplicada”.

Obras como a de Elizabeth Danto (2019) são fundamentais nesse contexto. A autora nos oferece um panorama histórico sobre o surgimento das clínicas públicas em 1918, ressaltando que a psicanálise, desde o início, sempre esteve sensível às demandas sociais, indo além dos limites do consultório tradicional. Mencionar esse aspecto é uma forma de reconectar a psicanálise à sua dimensão social que, com o decorrer dos anos, tem sido frequentemente negligenciada.

Ao destacar o surgimento das clínicas públicas, reafirmamos que as intervenções fora do setting tradicional não apenas se alinham às ideias de Freud, mas também reavivam o compromisso da psicanálise com questões do mundo. O livro de Danto, portanto, vai além do reconhecimento dessas práticas, destacando a importância de retornar às raízes críticas e sociais do movimento psicanalítico, validando iniciativas que se distanciam do modelo convencional, mesmo sem um aval institucional formal.

Ao pensarmos nos dispositivos que sustentam a clínica psicanalítica, um silêncio chama atenção: por que ainda se escreve tão pouco sobre as práticas extramuros – especialmente no âmbito das sociedades ligadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA)? No Brasil, há uma produção significativa e de alta qualidade sobre esses trabalhos, mas ela vem, em grande parte, de autores ligados a universidades ou outras instituições, e não das sociedades psicanalíticas. Talvez aquilo sobre o que escolhemos escrever – ou silenciar – revele muito sobre quais práticas consideramos dignas de transmissão e integradas à formação psicanalítica oficial.

Nesse ponto, a proposta desta edição da *Revista Brasileira de Psicanálise*, sobre *Dispositivos da clínica*, ganha especial relevância, ao abrir espaço para pensar e dar visibilidade às experiências que acontecem em outros contextos clínicos. Dedicar um número a essa temática é uma oportunidade importante para legitimar essas práticas, ampliando não só seu reconhecimento, mas também incentivando uma reflexão necessária sobre suas possibilidades, limites e desafios no âmbito da formação e transmissão psicanalíticas.

Para aprofundar essa questão, é útil recorrer à concepção ampliada de dispositivo clínico proposta por René Roussillon (2019), que vai além do enquadre tradicional e abrange o conjunto das condições que tornam possível a simbolização – ou seja, a produção de sentido transformador na experiência psíquica de quem está em análise. Para ele, o dispositivo – seja na forma clássica do divã, nas regras do enquadre, ou em variações que envolvem a presença ou ausência do analista – não apenas estrutura a clínica, mas já carrega um significado antes mesmo da palavra, convidando o sujeito a simbolizar sua experiência. Em situações-limite, como aquelas vividas em práticas extramuros, o dispositivo precisa ser inventado ou adaptado de acordo com as particularidades do caso e do contexto – podendo incluir gestos, mediações e, por que não, a escrita. Pensar a escuta e a escrita como dispositivos clínicos expande a plasticidade da proposta de Roussillon, especialmente quando possibilitam a simbolização e dão existência e transmissão às experiências psíquicas construídas em outros territórios.

Escrever sobre as experiências extramuros pode, assim, funcionar como um dispositivo clínico: um modo de escutar o que esteve apagado, sustentar o vivido e torná-lo transmissível. Nesse sentido, mais do que registo, trata-se de um gesto ético que afirma a existência dessas práticas e as inscreve no corpo da psicanálise, onde tantas vezes permaneceram à margem.

Poderíamos levantar uma hipótese de que esse número reduzido de publicações reflete uma resistência institucional em reconhecer o valor desses trabalhos frequentemente considerados menores. Esse movimento não decorre da falta de embasamento teórico, mas sim de uma menor abertura institucional para legitimar essas práticas. Na Sociedade de São Paulo, à qual

pertenço, muitos profissionais já pensam e atuam fora do consultório, embora essas iniciativas permaneçam pouco integradas à formação psicanalítica oficial. Sem esse suporte, as intervenções fora do consultório permanecem nas margens e pouco valorizadas. Ao mesmo tempo, não posso deixar de mencionar os trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Atendimento à Comunidade (DAC) e a recente criação da Comissão Virgínia Bicudo, que visa combater discriminações raciais, éticas e sociais promovendo inclusão e acessibilidade a grupos historicamente excluídos. Esses movimentos sinalizam uma transformação difícil, porém necessária, na tentativa de confrontar diretamente o princípio da ausência.

Para explorar essa noção, recorro a uma reflexão inspirada por Grada Kilomba (2020), no prefácio que escreveu para o livro *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon. Kilomba relata uma experiência pessoal: ao escrever seu trabalho de conclusão de curso, uma professora querida lhe emprestou um exemplar raro do livro de Fanon, trazido da França anos antes, quando retornou do exílio. Na biblioteca da universidade, o livro não estava disponível – nem havia qualquer literatura que dialogasse com sua pesquisa. Aliás, o livro chegou a circular em Portugal, mas foi censurado no fim dos anos 60. O documento de censura justificava a proibição dizendo que Fanon, por ser negro e comunista, criticava a civilização ocidental e defendia as civilizações negras e orientais. A proibição era, nada mais, do que uma tentativa de reprimir e silenciar.

A ausência de Fanon na biblioteca reflete uma ausência maior, que ecoa na própria presença de Kilomba como mulher negra naquele ambiente acadêmico. Algo que, no mundo da branquitude, “não deveria existir”. Esse é o princípio da ausência: aquilo que existe, mas é constantemente marginalizado, silenciado e apagado. Tal princípio se manifesta não apenas em questões raciais, mas também nas questões de gênero, nos trabalhos realizados fora do consultório tradicional, e em tantos outros contextos em que a ausência se transforma em uma presença constante. É o que permanece nas sombras, à margem, mas que, ainda assim, insiste em existir.

Essa perspectiva permite compreender melhor a resistência em escrever sobre práticas psicanalíticas extramuros. Não se trata apenas de uma questão de desvalorização, trata-se de um apagamento estrutural que atravessa a própria psicanálise. Assim como Fanon foi silenciado, há uma tendência em invisibilizar as práticas que não seguem o modelo tradicional. Embora essas práticas existam e sejam eficazes, são constantemente empurradas para um segundo plano. A resistência em escrever sobre essas iniciativas vai além do preconceito: reflete uma estrutura que, historicamente, nega reconhecimento àquilo que se afasta do centro.

Isso nos leva a questionar: como pode a clínica extensa sair desse lugar de trabalho quase clandestino, marginalizado? Como pode a clínica extensa realizar a travessia da incerteza e demonstrar que é, de fato, uma clínica capaz de produzir teoria e que é essencial para a formação?

Talvez, a palavra *clandestino* não carregue um sentido tão negativo assim. Clandestino é aquele que infringe as leis de imigração, que atravessa as fronteiras, que transporta a sua escuta de um lugar para outro, e que, não raro, altera destinos. A clínica extensa, ao questionar os limites da prática clínica, traz consigo um potencial transformador, rompendo barreiras institucionais e oferecendo a possibilidade de uma escuta em novos territórios.

É preciso sair das margens e avançar para as bordas – um movimento que vai além de um simples deslocamento geográfico ou teórico: trata-se de uma transformação profunda. As margens são espaços de exclusão, e as bordas, lugares de transição, onde novas compreensões podem emergir, alterando os caminhos conhecidos.

J.-B. Pontalis, no artigo “Bordas ou confins?” (2005), explora um movimento semelhante ao discutir como a psicanálise avança pelas bordas, desafiando limites previamente estabelecidos. Trabalhar nesses espaços intermediários não significa romper com o que é central, mas sim ter a coragem de explorar espaços de transição, onde o encontro com o inesperado reconfigura o trabalho psicanalítico de forma criativa.

A necessidade de se adaptar a pacientes com características distintas das previstas por Freud reconfigura a compreensão do trabalho “clássico” da psicanálise. Pontalis argumenta que a psicanálise avança pelas bordas, expandindo-se além dos limites estabelecidos. Quando um psicanalista trabalha com diferentes enquadres e retorna ao setting tradicional, ele inevitavelmente traz consigo uma nova compreensão que transforma sua prática. A ideia não é abrir mão do método, mas ter a coragem de observar e integrar o que surge na brecha – é nesse intervalo, nas lacunas que se abrem, que as questões em discussão podem ser esclarecidas de maneira mais precisa.

Nos trabalhos fora do consultório, enfrentamos a necessidade de adaptar o enquadre às demandas específicas de cada situação. Nesse contexto, faz todo sentido utilizar a noção de enquadre interno. Sem um enquadre interno bem estabelecido, é inviável exercer as funções do trabalho psicanalítico em qualquer lugar – seja no consultório, com o divã e a poltrona, ou em contextos extramuros, onde a escuta deve ser ampliada para incluir novos questionamentos e revisitar caminhos consagrados.

O processo de se tornar psicanalista vai além da simples assimilação de teorias; exige a capacidade de incorporar o conhecimento de maneira criativa, lidando com as situações inesperadas que surgem em diferentes cenários. A psicanálise, como método, opera dentro de uma temporalidade particular que

valoriza o a posteriori. Para que possamos trabalhar nos limites desse campo, é essencial mapearmos os contornos do processo analítico e estarmos preparados para reconfigurar nossa visão e prática sempre que necessário.

Além disso, é essencial que registremos as experiências e reflexões fora do consultório, pois isso fortalece as trocas e contribui para a construção de um corpo teórico que enriquece a prática psicanalítica. Se a ausência revela as lacunas, a presença se consolida quando essas práticas são reconhecidas e legitimadas. Esses registros devem ocupar nossos acervos e bibliotecas, para que a psicanálise permaneça viva e em sintonia com o presente – como um gesto radical de escuta e reconhecimento do outro.

Talvez seja exatamente isso que a psicanálise precise fazer: reconhecer e valorizar práticas que, assim como Sen naquele guichê da imigração, ocupam posições ainda consideradas impossíveis. Escutar as bordas – espaço de passagem, de movimento e criação – e escrever sobre elas, dando forma ao que por tanto tempo foi silenciado. Um gesto clínico, dos mais necessários, onde se possa construir uma nova posição subjetiva e sustentar eticamente a existência e a legitimidade desses espaços por vezes tão esquecidos. Como lembra Fabio Herrmann, “a clínica extensa, tal como Freud a criou e a realidade atual multiplicou, não é um mérito, mas um acontecimento” (2002, p. 19).

Psicoanálisis en tránsito: de los márgenes a los bordes y la escritura como dispositivo

Resumen: La autora propone una reflexión sobre las intervenciones psicoanalíticas realizadas fuera del encuadre tradicional, partiendo de una escena que pone en evidencia cuestiones relacionadas con la identidad y la pertenencia. Cuestiona cómo ampliar la escucha y las modalidades de intervención para que el psicoanálisis pueda integrar efectivamente las transformaciones sociales y volverse realmente inclusivo. En este sentido, el dispositivo clínico debe ser inventado según las especificidades de cada caso y contexto, incluyendo gestos, mediaciones y, especialmente, la escritura. La escritura se presenta como un recurso capaz de sostener experiencias, producir simbolizaciones y transmitir aquello que quedó silenciado. Registrar estas acciones también implica valorar el trabajo realizado en encuadres no convencionales, otorgándoles reconocimiento y permitiendo desplazar lo que está en el margen hacia el borde.

Palabras clave: psicoanálisis extramuros, dispositivo clínico, escritura, margen y borde, inclusión social

Psychoanalysis in transit: from the margins to the borders and writing as a device

Abstract: The author proposes a reflection on psychoanalytic interventions carried out beyond the traditional clinical setting, starting from a scene that exposes issues related to identity and belonging. She questions how listening and methods of intervention can be expanded so psychoanalysis can effectively integrate social transformations and become truly inclusive. In this sense, the clinical device must be invented according to the specifics of each case and context – including gestures, mediations, and especially writing. Writing is suggested as a resource capable of supporting experiences, producing symbolizations, and transmitting what has remained silenced. Documenting these actions also values work performed in non-conventional settings, granting them recognition and enabling what lies at the margins to move towards the edges.

Keywords: extramural psychoanalysis, clinical dispositive, writing, margin and border, social inclusion

Psychanalyse en transit : des marges aux bords et l'écriture comme dispositif

Résumé : L'autrice propose une réflexion sur les interventions psychanalytiques réalisées en dehors du cadre traditionnel, en partant d'une scène qui met en évidence des enjeux liés à l'identité et à l'appartenance. Elle interroge comment élargir l'écoute et les modes d'intervention afin que la psychanalyse puisse intégrer efficacement les transformations sociales et devenir véritablement inclusive. En ce sens, le dispositif clinique doit être inventé selon les spécificités de chaque cas et contexte, incluant les gestes, les médiations et, particulièrement, l'écriture. L'écriture est suggérée comme une ressource capable de soutenir les expériences, de produire des symbolisations et de transmettre ce qui est resté silencieux. Documenter ces actions, c'est aussi valoriser le travail effectué dans des cadres non conventionnels, lui donnant ainsi reconnaissance et permettant de déplacer ce qui se trouve en marge vers le bord.

Mots-clés : psychanalyse hors les murs, dispositif clinique, écriture, marge et bord, inclusion sociale

Referências

- Birman, J. (2024). *Guerra e política em psicanálise*. Civilização Brasileira.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938* (M. Goldszajn, Trad.). Perspectiva.
- Herrmann, F. (2002). Da clínica extensa à alta teoria: a história da psicanálise como resistência à psicanálise. *Percurso*, 29, 15-20.
- Horenstein, M. (2022). O incêndio e o relato. In S. Terepins & S. Bracco (Orgs.), *Práticas psicanalíticas na comunidade: relatos em dois atos* (pp. 335-350). Blucher.
- Kilomba, G. (2020). Fanon, existência, ausência. In F. Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (pp. 11-20). Ubu.
- Pontalis, J.-B. (2005). Bordas ou confins? In J.-B. Pontalis, *Entre o sonho e a dor* (C. Berliner, Trad., pp. 211-227). Ideias & Letras.
- Roussillon, R. (2019). *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*. Blucher.
- Sen, A. (2015). *Identidade e violência: a ilusão do destino* (J. A. Arantes, Trad.). Iluminuras.

Recebido em 27/6/2025, aceito em 28/7/2025

Sonia Soicher Terepins
soniaterepins@gmail.com

DOI: 10.69904/0486-641X.v59n3.03